

Ministro ^{Divulga} ~~Estima~~ fica entre dois fogos

William Waack

BRASÍLIA — O PMDB colocou sérios obstáculos à estratégia de renegociação da dívida externa defendida pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira. As duas moções que diferenciam as tendências do partido vão apresentar à convenção extraordinária, durante o final de semana, limitam bastante a liberdade de ação do ministro. Um dos textos caracteriza a posição de Bresser em relação à dívida como "recuo e submissão". Bresser viajou semana que vem a Washington.

Parlamentares e economistas ligados ao PMDB tentavam ontem à noite, reunidos no gabinete do senador Severo Gomes, um entendimento que aparentemente esbarrou (naquilo que se refere ao acerto externo) na maneira de tratar os credores oficiais. A moção atribuída aos progressistas, assinada por Severo e pelo deputado Maurício Fruet, pretende obrigar o

ministro da Fazenda a aplicar aos países representantes do Clube de Paris o mesmo tratamento dado aos bancos comerciais, que não recebem principal e juros desde fevereiro.

Tal formulação não consta de um texto que está sendo elaborado sob coordenação do economista Luciano Coutinho, atendendo a pedido pessoal de Ulysses Guimarães. Para surpresa dos deputados progressistas, porém, algumas das propostas relativas à dívida externa, lidas por Luciano Coutinho em reunião com diversos parlamentares na noite de terça-feira, vão mais adiante do que eles pensavam.

Nos dois documentos, por exemplo, Bresser é virtualmente proibido de atingir com o Fundo Monetário Internacional sequer um "acordo informal", o que provocou imediatamente protestos de deputados como Ronaldo César Coelho, que consideram a idéia prejudicial à renegociação da dívida externa. O economista Paulo Nogueira Batista Jr., cujas formulações estão contidas em ambos os documentos, acha que está sendo mal interpretado:

— Nós queremos é evitar um shadow agreement com o FMI, isto é, um acordo na sombra que seria duplamente inconveniente, pois estabeleceria monitoramento sem que o FMI nos desse um só tostão. É verdade que há

amplios setores do partido preocupados em que isto aconteça, com a maneira como o governo vem tratando a questão do Fundo — explicou.

Aparentemente, Bresser Pereira não teve o menor êxito ao tentar convencer os deputados da ala esquerda do PMDB de que entendimentos com o Fundo são essenciais se o país quiser manter taxas de crescimento capazes de atender aos graves problemas sociais.

O documento final apoiado por esses deputados, porém, não recua um só milímetro da proibição de entendimento com o FMI. Com o documento preparado por Luciano Coutinho, e que permanece ainda não divulgado, há outros pontos em comum: exigência de spread zero para negociar o principal da dívida com os bancos, manutenção e aprofundamento da moratória como instrumento de renegociação, capitalização de juros, cauteloso esquema de conversão da dívida (só juros) em capital de risco e participação do Legislativo em decisões de dívida externa.

Luciano Coutinho conseguiu convencer os xiitas de que o pedido de uma auditoria, também integrando o documento de Maurício Fruet, poderia ser deixado de lado. Os parlamentares da CPI da dívida já chegaram à conclusão de que essa tarefa é simplesmente impossível.